

# Galvêas apóia capitalização de juros

por Cláudia Safatle  
de Brasília

Capitalizar os juros, reduzir os "spreads", comissões e demais despesas legais cobradas nos contratos de empréstimos e aumentar prazos de carências da dívida externa.

Este é o roteiro da renegociação da dívida externa para 1985 e para alguns anos subsequentes, traçado pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, num documento que ele entregou aos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG) na última quinta-feira.

Foi a primeira vez que uma autoridade do governo se posicionou oficialmente favorável à tese da capitalização dos juros — que deve ser negociada com os bancos centrais e com bancos privados credores do País —, considerando-a "como forma substitutiva ao sistema, até agora prati-

cado, de sindicalização de 'jumbos' para os novos recursos requeridos, dada sua natureza mais simplificada, objetiva, eficiente, segura e barata", como qualifica o ministro, num texto cuidadosamente elaborado, contendo a sua avaliação sobre a crise econômica brasileira e mundial.

## US\$ 22 BILHÕES EM JUROS

Ele classifica de "sugestões desvinculadas da realidade, de cunho nitidamente provocatório ou até mesmo manifestações juvenis de bravata nacionalista", propostas de "renegociação soberana" que venham na direção de suspender o pagamento dos juros por 5 ou 6 anos e o pagamento do principal por 20 ou 25 anos, como defendem alguns setores da oposição.

Essa alternativa, aliás, é bastante parecida com uma sugestão de renego-

ciação desenhada pelo ex-presidente do Banco Central Paulo Lyra. Ele traçou um modelo de renegociação que implicaria a suspensão do pagamento dos juros por cinco anos, capitalizando-os. Nesse período, o País acumularia uma dívida de aproximadamente US\$ 164 bilhões, mas teria, em contrapartida, reservas de US\$ 41 bilhões, que permitiriam o repagamento gradual dos débitos.

Galvêas justifica sua crítica a modelos dessa natureza, prevendo que, se adotados, prejudicariam os créditos comerciais e linhas interbancárias, que hoje totalizam US\$ 18 bilhões.

É fácil ver que o que hoje está errado são os juros altos, fora do controle do governo, e não a administração da dívida. O mesmo pode-se dizer da renegociação da dívida", observa o

ministro em seu documento, calculando em US\$ 22 bilhões a parcela da dívida externa de quase US\$ 100 bilhões que corresponde ao pagamento em excesso de juros de 1979 até agora.

## TAXAS EXTERNAS

Insistindo nessa tecla, o ministro da Fazenda pondera que a manutenção de taxas altas de juros internacionais pode "anular o esforço de ajustamento, terminando por exigir compressões de importações, impraticáveis se, ao mesmo tempo se pretende imprimir grande velocidade 'aquele ajustamento', como é o caso da maioria dos programas que hoje estão sendo aplicados aos países devedores.

Numa simulação, Galvêas procurou realçar a importância do aumento das exportações (e, portanto, redução do protecionismo comercial dos países industrializados) e da queda

das taxas de juros, para que o Brasil chegue a um índice bom de solvência, medido pelo coeficiente dívida líquida/exportações. Hoje esse coeficiente é de 3,483 e o adequado seria 2.

Com uma taxa de juros de 14%, expansão de apenas 10%, nas exportações e "spread" de 1,7% o Brasil demoraria 81 anos para atingir esse nível de solvência. Se as exportações crescessem 30% e os juros caíssem para 9%, esse prazo se reduziria para apenas três anos. E por esta razão que ao Brasil interessa mais juros menores e comércio livre do que qualquer outra condição de renegociação.

Por esses dois pontos dependerem dos governos de países ricos e serem primordiais no processo de ajustamento é que os governos de países latino-americanos buscaram uma ação conjunta. "Mas a pressão política não deve ultrapassar os limites do bom senso e conduzir os negociadores a uma desnecessária posição de confrontação, prejudicial aos entendimentos." Observa o ministro da Fazenda, deixando transparecer os limites que ele pretende impor à reunião dos dias 21 e 22 próximos, em Cartagena, na Colômbia.

## DUAS ESFERAS

Portanto, a estratégia de renegociação da dívida externa brasileira se processa em duas esferas: na área política, através de uma articulação conjunta dos países devedores latino-americanos, pretende-se levar os países industrializados e, particularmente os Estados Unidos, a praticar juros menores e aceitar o GATT e o FMI como organismos de coordenação do comércio, no sentido de evitar "práticas protecionistas prejudiciais ao esforço de ajustamento".

Dos bancos centrais é dos bancos privados internacionais, o governo brasileiro pretende obter os três pontos alinhados pelo ministro: capitalização dos juros, prazos e carência maiores e "spreads" e comissões inferiores às cobradas na fase 1 e 2 da renegociação da dívida. Segundo o ministro, apenas com essas duas fases o Brasil gastou US\$ 10,6 milhões com despesas legais referentes aos acordos de empréstimos.

Galvêas não descreve em detalhes que modelo de capitalização dos juros seria adequado para o País, mas diz que "é necessário encontrar novas fórmulas, mais estáveis e de longo prazo, explorando-se todas as alternativas possíveis para as mecânicas de renegociação, com a cota de sacrificios que cabe a cada um nessa conjuntura".

## FMI

O ministro sugere, ainda, um maior reforço às organizações multilaterais, para que elas disponham de mais recursos para financiar os países devedores, e propõe que esses organismos — particularmente o FMI — sejam mais flexíveis na abordagem de "diferentes realidades, distinguindo o que pode e deve ser corrigido a curto prazo do que só comporta solução duradoura e sem confronto em horizontes temporais mais amplos".

Nesse aspecto, Galvêas critica a ortodoxia do FMI: "Até agora, e como não foram consideradas tais diferenciações, a velocidade de ajustamento exigida àqueles países (da América Latina, do Leste europeu, da África e do Oriente Médio) tem-se refletido de forma extremamente negativa sobre os níveis respectivos de produção e emprego, o que lhes agrava os problemas sociais já existentes", conclui.